



A violência no campo, a reforma agrária e o discurso do Governo Federal quanto ao fim das escolas sem terrinha

Violence in the countryside, agrarian reform and the Federal Government's discourse about the end of schools without land

DAVID, Maria Leticia de Sousa¹; BARROSO, Francisca Joselena Ramos²;
CAVALCANTE, D.L.³

¹ Universidade Estadual do Ceará – UECE/ Faculdade de Educação de Itapipoca – FACEDI, leticia.david@aluno.uece.br; ² Universidade Estadual do Ceará – UECE/ Faculdade de Educação de Itapipoca – FACEDI, francisca.joselena@aluno.uece.br; ³ Universidade Estadual do Ceará – UECE/ Faculdade de Educação de Itapipoca – FACEDI, deiziane.lima@gmail.com

Eixo temático: Campesinato e soberania alimentar

Resumo: O objetivo deste trabalho é elencar elementos que evidenciem a necessidade de ampliar os debates sobre a questão agrária no Brasil. Buscando de modo específico realizar um levantamento das principais notícias relacionadas à violência do campo, ao fechamento de escolas do campo e relacionar as mesmas com os discursos proferidos pelo atual governo federal (iniciado em janeiro de 2019). Assim, esses se relacionam a Agroecologia, visto que essa busca a sustentabilidade e também mostra ações que tentam subordinar as populações do campo aos interesses dos grandes proprietários. A pesquisa foi qualitativa e bibliográfica, onde se apontaram os aspectos à concretização dessa conjuntura, que se centram no agronegócio, no capitalismo, na violência e na busca pela alienação dos indivíduos.

Palavras-chave: Agroecologia; Agricultura Camponesa; Escola do Campo; Educação Crítica e Reflexiva; Desenvolvimento Sustentável.

Keywords: Agroecology; Peasant Agriculture; School of the Field; Critical and Reflective Education; Sustainable development

Introdução

Os primeiros cem dias do atual governo brasileiro vêm trazendo consigo muitos discursos voltados aos povos do campo, comunidades tradicionais e áreas de assentamentos rurais, questionamentos sobre a necessidade da realização de demarcações de terra, reforma agrária, ocupação de terras e mais recentemente discursos voltados a que tipo de educação estão submetidos os estudantes das escolas ligadas aos movimentos sociais, em especial aquelas onde as metodologias e práticas pedagógicas estão relacionadas ao MST (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra) e sua formação militante.

Diante desses aspectos, na perspectiva social, esse trabalho é importante por viabilizar discussões sobre as inúmeras e históricas tentativas de subordinação as minorias por parte da classe dominante, de modo específico, as populações do campo, fazendo com que se reflita a respeito das violências a qual os mesmos vêm sofrendo. Em nível acadêmico, estarão se formulando novos saberes e proporcionando um olhar crítico diante à luta da população do Campo por condições



mais dignas. Quanto à dimensão pessoal, revela-se que esse trabalho foi suscitado por meio da disciplina - Agroecologia, Campesinato e Educação, do curso de Pedagogia consolidando os saberes dialogados na Formação Docente e, assim, uma nova postura profissional diante essas discussões.

Desta forma, pretende-se elencar elementos que evidenciem a necessidade de ampliar os debates sobre a questão agrária no Brasil, indo além da luta por desapropriação de terras, pois é uma luta constante por garantia de direitos básicos.

Metodologia

Optou-se por uma abordagem qualitativa com tipologia bibliográfica, onde foram utilizados livros, artigos e manchetes como fontes de pesquisa para encontrar respostas aos objetivos, além de tecer contribuições por meio da análise crítica desses escritos.

Resultados e Discussão

O conhecimento é fruto das relações sociais que os homens realizam que, por sua vez, se relacionam às concepções intelectuais e econômicas. Dessa forma, este saber está atrelado ao poder. Nesta seção serão apresentadas algumas manchetes que tem como tema – a violência no campo, à questão da reforma agrária e o discurso do atual governo sobre o fim do Ministério do Meio Ambiente.

Tratando-se da violência no campo tem-se que, há indivíduos que não possuem terras e outros que são detentores de inúmeras extensões, definidas como latifúndios, e não utilizam todo esse espaço à produção, os possuindo apenas para aumentar sua representação de poder. Quanto ao agronegócio, revela-se que o mesmo recebe incentivos governamentais, utilizando tecnologias avançadas para obter maior produtividade, utiliza recursos naturais em larga escala e produz essencialmente para exportação. No que se refere ao capitalismo, destaca-se a propriedade privada e também a exploração de muitos para o enriquecimento de poucos, o que também demarca violência.

Com isso, cabe explicitar também que “[...] A história do agronegócio [...] vai do coronelismo ao empresário moderno e do latifúndio à propriedade e produção tecnologicamente avançada, é inseparável das ações de violência, roubo, expropriações, corrupção [...]” (MITIDIERO JUNIOR; FELICIANO, 2018, p. 4). Dessa forma, quando os indivíduos injustiçados resolvem se organizar em manifestações a fim de buscar seus direitos, ocupam longas extensões de terras que estão abandonadas, fazendo delas espaços habitacionais produtivos e importantes ao desenvolvimento econômico e social das minorias oprimidas, esses são reprimidos intensamente com violência física, verbal e ameaças de morte, que em muitos casos vem a serem concretizadas.



Nessa perspectiva, esses representam a agricultura camponesa, que é um modo de se fazer agricultura distinto do modo de produção capitalista dominante, ou seja, que se apresenta na formação social brasileira, opondo-se à hegemonia vigente, como expressa por Caldart *et al* (2012). Todavia os pertencentes a essa agricultura estão sendo desafiados pelas atitudes governamentais, pois suas bases do como fazer agricultura, para quem esses alimentos se destinam e de que forma eles podem garantir a preservação dos recursos naturais, buscando trabalhar cada vez mais em uma perspectiva agroecológica, claramente são negligenciados e até mesmo combatidos por muitos governantes que representam as classes dominantes brasileiras, como destaca o site *de olho nos ruralistas*, o atual governo tomou decisões que privilegiam o agronegócio, como a aprovação de 1,5 novos registros de agrotóxicos por dia, um recorde sem precedentes, dos quais boa parte são considerados “extremamente tóxicos” pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). Assim, para a coordenadora da Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA), a liberação massiva de agrotóxicos impacta a produção familiar e agroecológica e a vida de trabalhadores que têm contato com os venenos.

Além disso, segundo o site *rede Brasil atual*, A bancada ruralista impera absoluta. Ao Ministério da Agricultura, entregue ao ex-presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária, foram transferidas competências até então dos Ministérios do Meio Ambiente, como o Serviço Florestal Brasileiro, e do Desenvolvimento Social e da Secretaria Especial de Agricultura Familiar.

Ainda tratando da violência no campo, cabe destacar um incêndio ocorrido em um acampamento - Comuna Irmã Dorothy localizado em Tamboril, Ceará em 2018. As 150 famílias, que estavam envolvidas nessa situação, ficaram atordoadas com o fogo, mas conseguiram controlar o mesmo e, assim, ninguém morreu. Esses moradores fazem parte do Movimento Sem Terra e acreditam que o atentado que foi praticado fere o princípio da democracia conquistado no país que atualmente encontra resistência para ser efetivado¹. A Educação do Campo compreende todos os processos sociais de formação das pessoas como sujeitos de seu próprio destino, como ressalta Caldart *et al* (2012). Por isso, tem relação com a cultura, valores, com jeito de produzir, com formação para o trabalho e a participação social. Essa surge como um meio de viabilizar o desenvolvimento da criticidade.

Contudo, o ministro da Educação, Abraham Weintraub, afirmou, segundo o site *uol*, que não haverá mais recursos para o que chamou de "escolinha dos sem terrinha", em referência ao MST. Declarou também que a destinação de verbas públicas seguia "viés ideológico". O presidente criticou a "forte doutrinação ideológica" de 200 mil alunos pobres, de áreas rurais, que frequentam aproximadamente duas mil escolas, geridas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Porém, o viés ideológico citado se refere ao despertar da criticidade.

¹Disponível: <<http://www.mst.org.br/2018/10/31/acampamento-do-mst-e-incendiado-no-ceara.html>>. Acesso em: 01 abril. 2019.



Quanto à questão ambiental, revela-se que a Agroecologia precisa ser difundida, em contraponto ao Agronegócio, já que busca o desenvolvimento rural sustentável, se apoiando em seis dimensões: ecológica, econômica, social, cultural, política e ética. Essas dimensões devem estar alicerçadas nas do primeiro nível: econômica, social e ambiental. As dimensões culturais e políticas da Agroecologia estão no segundo plano. Por fim, a dimensão ética, no topo da pirâmide, representa o compromisso com o outro e com o planeta, como ressalta Reiniger, Wizniewsky, Kaufmann (2017).

Nesse sentido, a agroecologia se opõe à utilização de agrotóxicos e sementes geneticamente modificadas, advogando pela produção e distribuição de alimentos saudáveis. Visto que os agrotóxicos interferem na sustentação da vida, causando danos à saúde como destaca Caldart *et al* (2012). E, quanto às sementes transgênicas, é destacado por Caldart *et al* (2012) que, as questões que mais preocupam são os impactos na saúde humana e às concepções ambientais, como o aparecimento de alergias, toxidez e intolerância; o aumento das pragas por meio da recombinação; a produção de substâncias que são tóxicas a organismos não alvos; o efeito adverso nos processos ecológicos e o aumento no uso de herbicidas.

No discurso do atual governo, sobre o fim do Ministério do Meio Ambiente, não consta menção a proteção dos Biomas, ao fim do desmatamento ou até mesmo ao desenvolvimento do saneamento básico. Ainda se afirma que multas e fiscalizações, pelos órgãos ambientais federais, corroboram para sufocar as atividades realizadas pelo agronegócio. A atual gestão também confia a exploração da Amazônia para fins da exploração de recursos minerais. Além de serem liberados em dois dias dois novos agrotóxicos.

Conclusões

Este trabalho teve como objetivo elencar elementos que evidenciem a necessidade de ampliar os debates sobre a questão agrária no Brasil, assim, faz-se necessário continuar com as pesquisas nas áreas agrárias e de educação, para que as minorias, sobretudo, as populações do campo, possam ganhar vez e voz em palcos de discussão relacionados a sua politização e a efetivação de seus direitos básicos.

Por meio das discussões promovidas em sala de aula e pelas leituras realizadas a fim de elaborar o mesmo, foi possível compreender que o território é um espaço marcado intrinsecamente pelas relações de poder.

A derrubada de escolas do campo pelos governantes corrobora à alienação e, por conseguinte, a grande exploração dos indivíduos que integram esses espaços. A luta organizada e constante pela educação vai contra o sistema vigente e estimula assim, uma sociedade mais justa e igualitária para todos.

E, pôr fim, é importante salientar que o atual governo não demonstra menor preocupação com o meio ambiente, já que fornece ao campo diversos agrotóxicos



que agredem os recursos naturais e a saúde da população. Assim, o povo brasileiro precisa estar mais atento aos pronunciamentos feitos por essa gestão, analisando-os de forma crítica e defendendo o seu patrimônio.

Referências bibliográficas

CALDART, Roseli Salete *et al.* Agricultura Camponesa. In:_____. **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. cap. 2. p. 28-34.

_____. Agrotóxicos. In:_____. **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. cap. 11. p. 88-94.

_____. Educação do Campo. In:_____. **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. cap. 37. p. 259-267.

_____. Transgênicos. In:_____. **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. cap. 110. p. 761-766.

<https://deolhonosruralistas.com.br/2019/04/10/cem-dias-de-retrocessos-povos-do-campo-sao-alvo-do-governo-bolsonaro/>

<https://oglobo.globo.com/sociedade/bolsonaro-critica-ministro-fala-em-tirar-dinheiro-publico-de-escolas-do-mst-23622417>

<http://www.mst.org.br/2018/10/31/acampamento-do-mst-e-incendiado-no-ceara.html>

<https://www.google.com/amp/s/educacao.uol.com.br/noticias/2019/04/25/dinheiro-do-mec-sustenta-escolinha-dos-sem-terrinha-diz-ministro.amp.htm>

MITIDIERO JUNIOR, M. A.; FELICIANO, C. A. A violência no campo brasileiro em tempos de golpe e a acumulação primitiva de capital. **OKARA: Geografia em debate**, v.12, n.2, p. 220-246, 2018. Disponível em: <http://www.periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/okara/article/>. Acesso em: 30 de abr. de 2019.

REINIGER, Lia Rejane Silveira; WIZNIEWSKY, José Geraldo; KAUFMANN, Marielen Priscila. Introdução à agroecologia. In:_____. **Princípios de agroecologia**. Santa Maria, RS: UFSM, NTE, UAB, 2017, unidade I, p. 9-57.